



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA  
PARA A 58ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1198, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Altera a Lei nº 6.374, de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Pareceres nºs 1916 e 1917, de 2017, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 581, de 2016, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Dispõe sobre a comercialização de produtos não disponíveis em estoque, e dá outras providências. Parecer nº 2149, de 2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 2150, de 2017, da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, favorável ao projeto e à emenda. Parecer nº 785, de 2018, da Comissão de Atividades Econômicas, contrário ao projeto e à emenda.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 2019, de autoria do deputado Arthur do Val. Torna obrigatória a contratação de seguro-garantia de execução de contrato pelo tomador em favor do Poder Público, em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços cujo valor seja igual ou superior ao limite mínimo previsto no artigo 22, inciso II (Tomada de Preços), da Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 (Lei das Licitações). Parecer nº 1222, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 413, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Infraestrutura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 413, de 2019, de autoria do deputado Coronel Nishikawa. Autoriza o Poder Executivo a promover a manutenção e o aproveitamento de policiais militares com mobilidade reduzida ou aposentados nas atividades administrativas da Polícia Militar e da Secretaria

da Segurança Pública. Pareceres nºs 1339, de 2019, 184 e 414, de 2020, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 952, de 2019, de autoria da deputada Erica Malunguinho. Institui a "Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais". Com substitutivo. Parecer nº 1484, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário ao substitutivo nº 1. Parecer nº 415, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo e contrário ao substitutivo nº 1.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1032, de 2019, de autoria do deputado Dr. Jorge Do Carmo. Institui normas gerais e procedimentos aplicáveis à regularização fundiária urbana e mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis do Estado. Parecer nº 416, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 38, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Torna obrigatório o fornecimento de arroz e feijão, ao menos uma vez ao dia, durante todos os dias letivos, na alimentação escolar na rede pública de ensino do Estado. Parecer nº 417, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 361, de 2020, de autoria dos deputados Caio França e Bruno Ganem. Torna obrigatória a divulgação de listagens de pacientes que aguardam remanejamento e vagas ambulatorial e hospitalar pela Central de Regulação de Oferta de Serviço de Saúde - CROSS, na rede pública do Estado. Parecer nº 418, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.